



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
5 de dezembro
de 2019



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	05 / 12 / 2019	PÁG.	6	Gerada	Positiva

Cururu

PREFEITA E SECRETÁRIO MUNICIPAL DEVEM PAGAR MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE SENTENÇA

ACP do MPMA solicitando implantação de Departamento de Trânsito gerou condenação dos gestores em 2017

O Ministério Público do Maranhão requereu à Justiça, em 28 de novembro, que a prefeita Rosária de Fátima Chaves, e o secretário municipal de Obras de Cururu, Marcelo Everton Mendes, sejam determinados a pagar multa de R\$ 684 mil devido ao descumprimento de sentença condenatória de Ação Civil Pública (ACP), em 2017. Para que seja efetivada a medida.

o MPMA requer o bloqueio e indisponibilidade dos bens dos gestores municipais. Na ACP, com trânsito em julgado em 12 de outubro de 2017, o Município de Cururu foi condenado a implantar, em 90 dias, o Departamento Municipal de Trânsito; o sistema de sinalização de trânsito (mão de direção, segurança, pedestres,

sinalização vertical, horizontal e semafórica, estacionamentos, circulação de pedestre e veículos); a Junta Administrativa; e o Fundo Municipal de trânsito. Sem as comprovações das obrigações determinadas na sentença, abriu-se a possibilidade do Ministério Público executar a multa diária de R\$ 1 mil imposta na decisão judicial.

O valor de R\$ 684 mil é equivalente aos dias decorridos (684) entre data do trânsito em julgado, 12 de outubro de 2017, e o ajuizamento do pedido de cumprimento de sentença, 28 de novembro de 2019. A manifestação ministerial foi assinada pelo promotor de justiça Igor Adriano Trinta Marques. (Com assessoria do MPE)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO

JORNAL PEQUENO

EDITORIA

Estado

DATA

05 / 12 / 2019

PÁG.

6

Espontânea

Positiva

Justiça condena Município de São Luís a sanar irregularidades na gestão da saúde em 2012 e 2013

A Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Capital condenou o Município de São Luís a sanar irregularidades apontadas pelo Departamento Nacional de Auditoria do SUS – DENASUS referentes aos anos de 2012 e 2013, no prazo máximo de um ano, remetendo ao Poder Judiciário, no prazo de 90 dias, o cronograma de saneamento dessas falhas. A sentença, assinada pelo juiz Douglas de Melo Martins, fixa multa diária no valor de R\$ 10 mil, revertidos em favor do Fundo Estadual de Direitos Difusos, em caso de descumprimento das determinações.

Na Ação Civil Pública, o Ministério Público Estadual argumentou que o Município de São Luís “não está cumprindo as Políticas de Saúde previstas no Plano de Saúde Plurianual (PSP) e Programação Anual de Saúde (PAS), tendo em vista que o Conselho Municipal de Saúde (CMS) reprovou os Relatórios Quadrimestrais de Saúde dos 1º, 2º e 3º quadrimestres, bem como o Relatório Anual de Gestão (RAG), anteriores a 2012, por apresentarem inconsistências legais e descumprimento das pactuações que foram verificadas através de planejamento, orçamento e auditoria realizadas pelo CMS, estabelecidas

por força da Lei nº 8.142/90 e Lei Complementar nº 141/2012. Prossegue afirmando que o Serviço de Auditoria do Maranhão (SEAUD/MA), com Relatório da Auditoria nº 15403, elencou as seguintes constatações não conformes, cujas justificativas dos gestores não foram completamente aceitas: incompatibilidade entre os objetivos, diretrizes e indicadores declarados no Relatório de Gestão 2013 com os descritos no Plano Municipal de Saúde 2010-2013; relatório de Gestão 2012 não aprovado pelo Conselho Municipal de Saúde, considerando as inconsistências descritas no Parecer da Comissão de Acompanhamento do Fundo Municipal de Saúde, não sendo encaminhado para reapreciação; Relatórios de Prestações de Contas referentes aos 1º, 2º e 3º quadrimestres do exercício de 2012 reprovados pelo Conselho Municipal de Saúde em razão do não cumprimento, em sua plenitude, das metas programadas e orçadas na Programação Anual 2012.

O MP também sustentou na ação, que o relatório aponta que o município não comprovou o atingimento da meta pactuada do indicador “cobertura populacional” estimada pelas equipes de atenção básica referente ao ano de 2013;

não atingiu a meta pactuada do indicador “proporção de vacinas” do calendário básico de vacinação da criança com coberturas vacinais alcançadas, referente ao ano de 2013; e não comprovou o atingimento da meta pactuada “razão de exames de mamografia de rastreamento”, realizados em mulheres de 50 a 69 anos e população da mesma faixa etária, referente ao ano de 2013.

E finaliza pontuando que o relatório conclui que Secretaria Municipal de Saúde não alimentou no SARGSUS e os instrumentos de gestão no exercício de 2012; e não apresentou o demonstrativo dos restos a pagar, Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO), exercícios de 2012 e 2013.

A inicial aponta como gestores, a época, no último ano da gestão do ex-prefeito João Castelo, e atual prefeito Edivaldo Holanda Junior, os responsáveis: César Pólia; Helena Marta Duailibe Ferreira; Vinicius José da Silva Nina; Gernerberg Fernandes de Araújo; Maria Ieda Gomes Vandereff; e Santiago Cirilo Nogueira Servin. Em contestação, o Município de São Luís alegou carência da ação, e que através de ofício a Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS prestou esclarecimentos e

informações acerca das alegações e pedidos apresentados pelo MP.

Após tentativas frustradas de conciliação o magistrado passou a analisar o caso, e inicia invocando a Constituição da República, em seu artigo 196, que consagra a saúde como “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Adiante, frisa que é competência comum dos entes federativos zelar pela boa prestação dos serviços de saúde, o que se dá por meio de um sistema único que age de forma regionalizada e hierarquizada. “O modelo político, social e econômico adotado pela sociedade brasileira não admite como válida, do ponto de vista jurídico, qualquer prática tendente a diminuir o direito universal à saúde. E, uma vez verificada a ocorrência de lesão a esse direito, cabe aos poderes públicos constituídos coibi-la e executar os instrumentos legais e processuais para a sua reparação”, pontua o julgador. (Assessoria de Comunicação Corregedoria Geral da Justiça)



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO					
JORNAL PEQUENO					
EDITORIA					
Estado					
DATA	05 / 12 / 2019	PÁG.	6	Espontânea	Positiva

Município de Paço do Lumiar é condenado a promover melhorias no Ginásio Poliesportivo

Uma sentença proferida pela Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís condenou o Município de Paço do Lumiar a promover a limpeza das dependências do Ginásio Poliesportivo do Paraná e na área de entorno, bem como promover o isolamento adequado da área e a utilização de vigias para evitar o mau uso do equipamento urbano enquanto não reformado o prédio. Deverá o Município afixar placas bem visíveis alertando que o depósito de lixo no local é ilegal, causa poluição visual e aliena contra a saúde humana.

A sentença determina que o Município monitore a ação de carroceiros e moradores que estão depositando lixo na área e promova a reforma das dependências do Ginásio Poliesportivo do Paraná, de forma a assegurar o uso adequado e seguro do equipamento urbano. Conforme a sentença assinada pelo juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da Comarca da Ilha de São Luís, todas as determinações acima deverão ser cumpridas no prazo de 66 meses, devendo o ente público fornecer o cronograma de execução, no prazo de 90 dias, a contar da intimação da decisão, bem como informar o juízo sobre as medidas tomadas. A multa fixada em caso de descumprimento é de R\$ 10 mil por dia.

Alegou o Ministério Público Estadual que a quadra poliesportiva localizada no Conjunto Paraná, em terreno próximo à Unidade de Ensino Básico do Paraná, está abandonada pelo Poder Público há mais de cinco anos, o que, segundo disse, "vem gerando transtornos aos moradores e às pessoas que passam pelo local". "O ginásio, a princípio destinado ao desenvolvimento de atividades esportivas dos moradores do Paraná, atualmente se encontra em completo estado de depreciação, pois, por falta de vigilância e manutenção, passou a servir de ponto de encontro de usuários de drogas e vândalos. Paredes estão danificadas, os banheiros estão quebrados, o telhado apresenta avarias e há entulho e lixo dentro e fora do recinto coberto", destacou o MP.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO				
O IMPARCIAL				
EDITORIA				
Geral				
DATA	05 / 12 / 2019	PÁG.	5	

Projeto para acessibilidade é lançado no Maranhão



CANTORA ISABELLE PASSINHO PARTICIPA DA SEMANA

Sensibilizar a sociedade civil, o poder público e a iniciativa privada para a aplicação de práticas que promovam a acessibilidade. Esse é o objetivo do Programa Atitudes Acessíveis.

A cerimônia de lançamento do projeto foi realizada no jardim da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), no Centro de São Luís, e marcou a abertura da Semana Estadual de Direitos Humanos, evento que acontece até o próximo dia 13, com o tema "Direitos Humanos, Memória e Resistência".

"Estamos abrindo hoje a Semana Estadual de Direitos Humanos. Na programação da Semana, está incluída a temática da acessibilidade. A ideia do projeto Atitudes Acessíveis é sensibilizar as pessoas a efetivarem práticas acessíveis nos espaços públicos, nos espaços privados e nas relações interpessoais", destacou o secretário de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), Francisco Gonçalves.

O programa Atitudes Acessíveis será marcado por debates mensais durante todo o ano de 2020, sempre na BPBL. Além do alinhamento de posições com relação às temáticas que envolvam o segmento das pessoas com deficiência, o projeto visa "mudanças de atitudes" e "acordos positivos" entre poder público e iniciativa privada, por mais espaço e menos discriminação da pessoa com deficiência, como explica a secretária adjunta da Pessoa com Deficiência, Beatriz Carvalho.

"Ainda há na sociedade um preconceito muito grande. Muitos veem as pessoas com deficiência com muito capacitismo e a gente precisa romper com isso, precisamos viver como iguais, precisamos conviver com as diferenças e para isso a gente precisa conhecer esse outro mundo, conhecer o mundo das pessoas com deficiência", defende Beatriz Carvalho.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Cidades			
DATA	05 / 12 / 2019	PÁG.	6

Por causa das manchas de óleo, 7 mil pescadores vão receber auxílio no MA

No total, 7.706 pescadores profissionais serão beneficiados no Maranhão, que já contém 32 pontos afetados pela substância; a ajuda está prevista na Medida Provisória, nº 908/2019, do governo federal

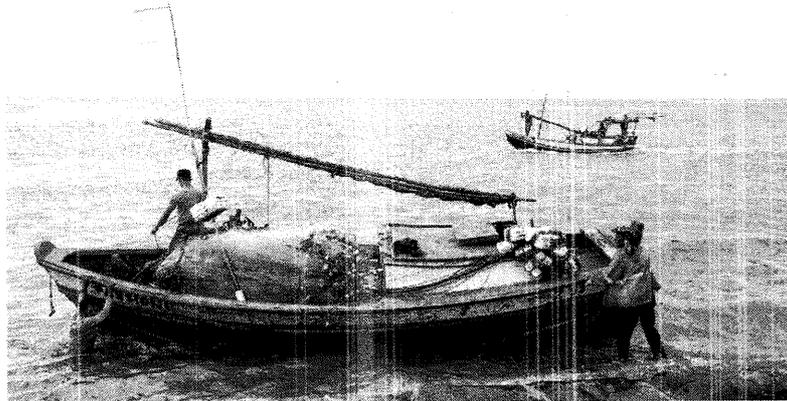
Por causa dos problemas oriundos das manchas de óleo no litoral nordestino e em alguns trechos da Região Sudeste, um total de 63.983 pescadores profissionais artesanais de áreas afetadas receberá auxílio emergencial no Brasil, como está previsto na Medida Provisória nº 908/2019, do governo federal. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), mais de 7 mil pescadores serão beneficiados no Maranhão pela ajuda pecuniária. Em outubro deste ano, o órgão já havia proibido a pesca de lagosta e camarão em todos os locais atingidos pela substância tóxica.

Segundo o Ministério da Agricultura, no total, serão 7.706 beneficiados no Maranhão. O estado é o terceiro com mais pescadores que receberão o auxílio emergencial pecuniário, perdendo apenas para a Bahia, com 24.440, e Ceará, com 8.371. Na sequência, aparecem Sergipe, com 7.282; Alagoas, com 4.949; Rio Grande do Norte, com 4.237; Pernambuco, com 4.236; Paraíba, com 2.603; Espírito Santo, com 1.897; Rio de Janeiro, com 184, e Piauí, com 78.

Pagamento do auxílio

O auxílio será pago aos pescadores inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP), em situação ativa nas categorias peixes, crustáceos, moluscos e outros que atuam em área estuarina (transição entre um rio e um mar) ou marinha. Esse benefício não interfere, de acordo com o Mapa, no recebimento do seguro-defeso pelos pescadores, conforme legislação específica. O auxílio emergencial corresponde ao valor total de R\$ 1.996, que será dividido e pago em duas parcelas de R\$ 998,00.

Segundo a legislação da atividade pesqueira, o conceito de pescador profissional artesanal inclui marisqueiros e catadores de caranguejo, que devem estar inscritos no RGP. A responsabilidade de manter atualizados os dados no sistema é do próprio pescador. São considerados pescadores profissionais artesanais aquelas pessoas físicas que exercem a pesca com fins comerciais de forma autônoma ou em regime de econo-



Pescadores foram prejudicados porque manchas de óleo no mar causaram a proibição da pesca de lagosta e camarão em toda a área afetada

mia familiar.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento encaminhou a relação dos pescadores ativos no sistema do RGP - baseada na lista de municípios atingidos pelo óleo, conforme mapeamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) - ao Ministério da Cidadania, que fará o pagamento dos beneficiários via Caixa Econômica Federal. Os pescadores que se encontram suspensos ou cancelados no sistema do RGP não terão direito ao benefício.

Proibição da pesca

Por meio de instrução normativa publicada no dia 28 de outubro, de autoria do Mapa, ficou proibida a pesca de lagosta e camarão em todas as áreas afetadas pelo vazamento de óleo no litoral do Nordeste. Segundo a publicação, os pescadores beneficiados pela determinação federal receberiam até duas parcelas extras do seguro-defeso. O Ministério da Agricultura presume que cerca de 60 mil pescadores deveriam receber o benefício nesse período de suspensão das atividades pesqueiras nas áreas atingidas pelas manchas.

A parcela do seguro - que se refere ao auxílio de um salário-mínimo pago em período de paralisação das atividades - será depositada diretamente na conta desses beneficiados. De acordo com

o ministério, o prolongamento do período de defeso foi adotado como precaução, devido à situação ambiental decorrente da possível contaminação química por derramamento de óleo no litoral nordestino.

Manchas no Maranhão

O novo relatório do Ibama mostra que 32 áreas estão afetadas pelas manchas de óleo no Maranhão. Desses locais, 15 foram classificados na categoria "não observado na última visita", 15 em "área de manchas" e 2 em "área de manchas". O arquivo do instituto revela que, dentro os pontos atingidos pela substância tóxica, estão a Litorânea, em São Luís; Praia de Itatinga, em Alcântara; Praia de Itavosa, em Santo Amaro do Maranhão; e Ilha dos Poitros, em Ararióses, na região do Delta do Parnaíba.

Primeiras manchas

O primeiro caso no território maranhense ocorreu no dia 19 de setembro, quando a substância foi encontrada na Ilha dos Poitros, em Ararióses, na divisa com o Estado do Piauí. Ali, só foi recolhido cerca de 1kg do material, ou seja, pouca quantidade, segundo o Ibama. Devido à presença das manchas de óleo no Delta do Rio Parnaíba, uma tartaruga marinha imbuída da substância morreu. Já no dia 23 de setembro, ocor-

reu o segundo caso, na Praia de Itatinga, em Alcântara, onde uma tartaruga foi encontrada suja de óleo na faixa de areia. Um urubiterstário acabou o animal quando fazia uma caminhada. A partir dali, surgiram novos pontos. Então, o Ibama, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Semat) e Corpo de Bombeiros fizeram as operações conjuntas.

Centro de Operações

Assim como o Grupo de Avaliação e Acompanhamento (GAA) no Piauí, foi criado no Maranhão o Centro de Operações de Incidentes de Poluição por Óleo, que foi anunciado oficialmente no dia 31 de outubro, em uma cerimônia coletiva na Capitania dos Portos do Maranhão (CPMA). O objetivo é agilizar o fluxo de informações e a coleta das manchas de óleo no litoral maranhense.

Conforme informou o capitão de Mar e Guerra Marcio Ramalho Dutra e Mello, comandante da CPMA, desde o primeiro surgimento das manchas, na Ilha de Poitros, na área do Delta do Parnaíba, já havia um esforço conjunto para combater o problema ambiental. Com o segundo caso, que aconteceu em Alcântara, na Praia de Itatinga, os trabalhos se intensificaram, pois envolveu outros órgãos, como o Instituto Bra-

sileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

O oficial do Marinha pontou que, no dia 6 de outubro, foi montado o Grupo de Monitoramento e Avaliação, em âmbito nacional. Mas tornou-se necessária a criação de uma coordenação setorializada e local. Segundo Marcio Ramalho, isso aconteceu porque a contaminação se alastrou no litoral maranhense, embora em pouca intensidade quando comparada aos outros estados do Nordeste. "O objetivo da centralização é colher as informações e nivelar os conhecimentos. E colocar todo o apoio logístico para canalizar os dados o mais rápido possível, a fim de renovar e analisar as manchas de óleo", frisou o comandante da CPMA.

Operações realizadas

Desde o primeiro aparecimento das manchas no Maranhão, equipes da Capitania dos Portos do Maranhão, do Corpo de Bombeiros Militar e outros órgãos realizaram operações no litoral. Recentemente, foram feitos diversos mergulhos com o objetivo de verificar a existência de óleo no fundo do mar. Além da parte submersa, as inspeções aconteceram na superfície da água. As incursões ocorreram no Parque Estadual Parcel de Manuel Luís, vinculado

De Jesus

BENEFICIADOS

Bahia - 24.440
Ceará - 8.371
Maranhão - 7.706
Sergipe - 7.282
Alagoas - 4.949
Rio Grande do Norte - 4.237
Pernambuco - 4.236
Paraíba - 2.603
Espírito Santo - 1.897
Rio de Janeiro - 184
Piauí - 78

é cidade de Cururupu, em uma região considerada o maior conjunto de corais da América do Sul.

As inspeções foram feitas com o apoio de dois navios chamados de "Bacuri" e "Guamabara", pertencentes ao Comando de Grupamento de Patrulha do Norte, unidade operativa vinculada ao Comando 4º Distrito Naval. De acordo com a Marinha do Brasil, as verificações foram realizadas na superfície da água e no fundo do mar, para detectar possíveis manchas de óleo, que estão se espalhando pelo litoral nordestino, embora alguns trechos fiquem livres, momentaneamente, da substância devido à força da maré.

"A realização de atividades de mergulho nas proximidades do Parque Estadual Parcel de Manuel Luís foi efetuada em três posições diferentes. Paralelamente, foram prestados os apoios necessários para a realização de mergulhos exploratórios nas localidades conhecidas como "Banco do Farol" e "Banco do Alvaró". Durante a operação, os militares e agentes embarcados chegaram à conclusão da inexistência de incídios de manchas de óleo durante o período no qual foram realizadas as atividades", frisou a Marinha em nota.

Conforme a Marinha, as ações integraram a operação "Amazônia Azul - Mar Limpo é Vida", realizada em conjunto com o CBMMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis, Secretaria do Meio Ambiente do Maranhão (Semat) e Universidade Federal do Maranhão (UFMA). As equipes estão fazendo atividades de monitoramento e coleta de corais com o objetivo de verificar a presença de resíduos de petróleo. Amostras de corais foram colhidas para análise posterior. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Cidades			
DATA	05 / 12 / 2019	PÁG.	6

Maranhão tem aumento de 32% em queimadas em relação a 2018

De 1º de janeiro até o dia 3 de dezembro, foram registrados 17.153 focos de incêndios no Maranhão; no mesmo período do ano passado, foram notificados 13.029 pontos

O Maranhão permaneceu na terceira posição entre os estados brasileiros, com relação aos incêndios florestais. De 1º de janeiro a 3 de dezembro, foram registrados 17.153 focos. De acordo com informações do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTI), no comparativo com os números do mesmo período do ano passado, houve aumento de 32%.

Conforme o Inpe, de 1º de janeiro até o dia 3 de dezembro do ano passado, foram 13.029 focos de queimadas, o que representou uma queda de 44% com relação ao mesmo período de 2017, que teve 23.292 pontos de incêndios florestais no estado. No que se refere aos dados de 2019, o Maranhão está atrás somente do Mato Grosso, com 30.596, e Paraná, com 29.023 pontos.

Nos últimos cinco meses, foram registrados 445 focos de queimadas no Maranhão. Apesar dos números



De 1º de janeiro a 3 de dezembro, foram registrados 17.153 focos

e da posição do estado no ranking nacional, o estado não possui nenhum município, dentre os 10 elen-

cados pelo Inpe, com mais focos acumulados nos últimos cinco anos. Três cidades são paraenses, duas são do

DEPARTAMENTO

Mato Grosso do Sul, duas do Amazonas e as restantes de Rondônia, Mato Grosso e Tocantins.

Operações realizadas

Devido ao problema das queimadas, o Exército Brasileiro realizou, em conjunto com o Corpo de Bombeiros Militar (CBMMA), Batalhão de Polícia Ambiental (BPA), Polícia Federal (PF), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e outros órgãos a "Operação Verde Brasil", que foi declarada para combater os incêndios florestais e também crimes ambientais na região da Amazônia Legal Maranhense. As ações foram iniciadas no dia 24 de agosto.

No total, as equipes efetuaram 55 ações de combate a incêndios florestais e fecharam dois garimpos ilegais. Foram capacitados 210 militares em ações de combate a queimadas. As instruções foram realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar. Adema-

21 militares do Exército da área de saúde receberam orientações sobre primeiros socorros relacionados às queimaduras.

Efetivamente, as equipes saíram de São Luís, no quartel do Batalhão de Infantaria Leve, no dia 28 de agosto em direção aos municípios maranhenses que seriam alvos da "Operação Verde Brasil". Nesses dois meses de operação, foram realizadas 15 patrulhas terrestres, 8 reconhecimento aéreos, 12 Postos de Bloqueio e Controle de Estradas (PBCE), 3 Ações Cívico-Sociais (ACS), 55 combates a focos de incêndios florestais e 5 ações de apoio logístico a agências.

Além disso, as equipes fecharam, juntamente com a PE cinco madeireiras e dois garimpos ilegais. Os militares apreenderam mais de 780 m³ de madeira extraída ilegalmente, 38 m³ de carvão e 40 kg de carne de animais silvestres. Duas pessoas foram detidas nessas incursões.

"Maranhão sem Queimadas"

O Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão, paralelamente a "Verde Brasil", realizou a operação "Maranhão sem Queimadas". O trabalho objetivou controlar e combater os incêndios florestais, cujas causas, em sua maioria, são oriundas do uso de técnicas inadequadas de manejo do so-

le, como a corporação friso. Os militares atuaram em grandes áreas de vegetação, incluindo as de preservação ambiental.

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (Senat), por sua vez, realiza ações de Educação Ambiental, por meio do "Programa Fogo Zero" e do "Dia D Contra as Queimadas", além de palestras, para a conscientização da população maranhense sobre queimadas, como já informou em nota.

Queimadas

Segundo o Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, além da ação humana, as queimadas também podem ser causadas pelo tempo seco nas regiões. Conforme o órgão, 80% de território nacional fica sem chuva nesta época do ano, o que propicia que o fogo se espalhe na vegetação. O Inpe diz que os efeitos desses incêndios são muitos, como a destruição da fauna e da flora, o empobrecimento do solo e a redução da penetração de água no subsolo.

Regionalmente, as queimadas causam poluição atmosférica e alteram ou destroem o ecossistema, modificam a composição química da atmosfera e até mesmo o clima no planeta. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O ESTADO DO MARANHÃO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	05 / 12 / 2019	PÁG.	10

Mais procurado do NE atuou no Maranhão e estava foragido há 5 anos

José Francisco Lumes, o *Zé de Lessa*, morreu em confronto com a polícia no MS, ontem; irmão dele morreu durante mega-assalto em Bacabal

NELSON MELO
Da Equipe de O Estado

O facionado José Francisco Lumes, o *Zé de Lessa* - que morreu na manhã de ontem, 4, no Mato Grosso do Sul (MS), em um confronto com forças policiais -, estava foragido desde 2014, quando recebeu autorização para fazer uma cirurgia. Na época, o desembargador Aliomar Brito concedeu prisão domiciliar ao criminoso, que tramava ataques a bancos no Nordeste do Brasil diretamente do Paraguai. Dentre várias ações lideradas pelo bandido, ele comandou a interceptação de um carro-forte na fronteira com o país paraguaio, onde estava escondido, no início desta semana. No Maranhão, o bandido, que era líder de uma facção baiana, planejou o mega-assalto que aconteceu em Bacabal, em novembro de 2018, quando aproximadamente R\$ 100 milhões foram levados pela quadrilha.

Em 15 de julho de 2014, o juiz Aliomar Silva Brito autorizou que ele tivesse prisão convertida em prisão domiciliar. Na decisão, o desembargador cita que a defesa do evadido tentou explicar que ele sofria com "uma doença degenerativa, necessitando urgentemente de realizar uma cirurgia, sob pena do seu membro superior esquerdo, o qual se encontrava atrofiado, ficar com degradação irreversível". Pelo estado de saúde dele, o advogado Paulo César Pires alegou



José Francisco Lumes, conhecido como *Zé de Lessa*, foi morto ontem

que havia necessidade de tratamento urgente para solução da enfermidade.

Com base em princípios como da dignidade humana, Aliomar Silva afirmou que o requerimento para realizar uma cirurgia tinha sido feito "há muito tempo" e não havia nenhuma solução até o momento. Ele concluiu que o presídio não tinha as condições necessárias para prestar assistência ao estado de *Zé de Lessa* e que não seria "de bom alvitre" que um paciente com quadro de saúde grave ficasse a mercê da própria sorte.

Mesmo tendo decidido em favor da defesa, o desembargador avisou que não se devia "descuidar do alto grau de periculosidade" do preso. O advogado que o defendia na ocasião confirmou que ele não fez a cirurgia, nem obedeceu ao acompanhamento

instituído pela 2ª Vara de Execuções Penais. Após ter sido solto, nunca mais voltou. Paulo Pires também explicou que, desde então, não teve mais notícias do ex-cliente.

Mais procurado

Ele era o criminoso mais procurado do Nordeste, principalmente, na Bahia, onde a Secretaria de Segurança Pública o colocou como "Ás de Ouro" do "Baralho do Crime", organograma montado para identificar os bandidos mais perigosos do estado. José Francisco Lumes estava foragido desde 2014, quando foi solto pela Justiça, mas continuava comandando os assaltos escondido no Paraguai.

Na última vez em que saiu da prisão, iria terminar de cumprir a pena

em regime domiciliar. Desde então, ele teria ido morar em Coronel Sapucaia, no Mato Grosso do Sul, de onde começou a enviar carregamentos de drogas para abastecer a quadrilha no território baiano.

Morte do bandido

Segundo informado pelo secretário de Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, Carlos Videira, além de *Zé de Lessa*, também tombaram outros quatro criminosos na troca de tiros com o Batalhão de Operações Policiais Especiais (Bope/MS) e outras unidades. O grupo estava em um esconderijo, entre as cidades de Aral Moreira e Coronel Sapucaia. O local é uma chácara, que estava servindo como ponto de encontro dos integrantes da quadrilha, que tem ramificação no Paraguai. As equipes estavam de tocaia desde a noite anterior, esperando a oportunidade certa para agir. Como os alvos, havia mandados de prisão decretados pela Justiça por conta do ataque ao carro-forte.

Durante a ação policial de acordo com o secretário, vários bandidos saíram correndo e fugiram ao se embrenharem no mato. Um helicóptero do Grupamento de Patrulhamento Aéreo (GPA) sobrevoeou a região, mas não localizou os demais membros do bando. As equipes apreenderam vasta munição e armas de guerra, como uma metralhadora ponto 50, capaz de derrubar helicóptero e perfurar carros blindados, e fuzis AK 47.

Bandido articulou ataque ao BB na cidade de Bacabal

O mega-assalto em Bacabal aconteceu no dia 25 de novembro do ano passado, em um setor do Banco do Brasil conhecido como Seret. O grupo chegou ao local por volta das 21h30 e entrou no recinto por meio do prédio do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Dias antes da ação criminosa, o local foi abastecido com um grande volume de dinheiro - aproximadamente R\$ 100 milhões. Através de um buraco no teto, os bandidos entraram no lugar onde a grana estava armazenada.

Enquanto esse grupo subtraía o dinheiro da Seret, outra parte do bando atacava o quartel do 15º Batalhão de Polícia Militar (BPM) com tiros de fuzil. Os criminosos foram tão ousados que gritaram "Vamos pegar tua família, policial" e "Aparece, policial", a fim de demonstrar superioridade e incutir medo nos militares, que não se intimidaram e revidaram como puderam. Esse atentado à base da PM foi feito pelas diagonais do prédio.

Mas equipes do Comando de Sobrevivência em Área Rural (Cosar), unidade do Batalhão de Operações Policiais Especiais, estavam posicionadas no quartel e enfrentaram os bandidos, o que resultou na morte de três criminosos. Com o contra-ataque do Cosar, os assaltantes se dispersaram e abraçaram populares como "escudo humano" para se protegerem. O líder daquele bando que invadiu Bacabal, Edielson Francisco Lumes, o *Titi ou Dê*, - que era irmão de *Zé de Lessa* -, colocou o fuzil nos ombros de um dos reféns e aditou na direção do quartel.

Mas, em um desatino dele, um policial do Comando de Sobrevivência, a 100 metros de distância, conseguiu atingir, com um tiro, o rosto do bandido, causando-lhe a morte imediata. Esse "disparo científico" ou "tiro técnico", termos utilizados no Bope, perfurou uma região da face que fica entre os olhos, perto do nariz. Além de



Armas e munição apreendidas

Edielson, que se escondia por trás do nome de José Rafael Silveira Araújo e era natural da Bahia, também montaram seus comparsas Gean Martins Rocha, natural de Araguaína (Tocantins), e Warley dos Reis Sousa, o *Bombado ou Pintista*, natural de Castanhal (Pará), que utilizava o nome falso de Rafael Átila Sá Mendes. Esses dois igualmente foram baleados pelos militares do Cosar.

No tiroteio, também morreu um morador da região, identificado como Cleonir Borges Araújo, que, no momento da ação, resolveu, sob efeito de bebida alcoólica, atravessar uma das ruas onde ocorria o confronto, tendo sido alvejado por disparos efetuados pela quadrilha de *Zé de Lessa*, como a polícia informou após o ataque.

A quadrilha

A quadrilha que aterrorizou Bacabal era formada, na época do ataque em Bacabal, por 72 membros, com atuação em todos os estados do Nordeste, sendo um "braço" de uma facção baiana, que, por sua vez, é aliada de outra que surgiu em São Paulo. O grupo tinha como líder e fundador *Zé de Lessa*, que comandou, diretamente do Paraguai, o mega-assalto no Maranhão. Homens e mulheres formavam as fileiras do bando. ●

Integra em estadoma.com/476913



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça
COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
O IMPARCIAL			
EDITORIA			
Vida			
DATA	05 / 12 / 2019	PÁG.	10

ASSALTO MILIONÁRIO

Zé de Lessa é morto em confronto com a polícia



ZÉ DE LESSA COMANDOU ASSALTO MILIONÁRIO EM BACABAL

Quatro homens morreram e um acabou sendo preso durante troca de tiros com a polícia na manhã desta quarta-feira (04) em uma chácara localizada entre as cidades de Coronel Sapucaia e Aral Moreira, no Mato Grosso do Sul. O bando é suspeito de integrar a quadrilha que atacou um carro-forte da empresa Brink's na fronteira com o Paraguai na última segunda-feira (2).

De acordo com informações policiais, após investigações eles localizaram o esconderijo na noite dessa terça-feira (3), e na manhã de ontem foi possível, através de mandados emitidos pelo juízo de Amambai, entrar na propriedade para realizar as prisões. Toda a ação policial teve apoio do helicóptero do GPA (Grupamento de Patrulhamento Aéreo).

Dentre os mortos, está José Francisco Lumes, o Zé de Lessa, um dos assaltantes de bancos mais procurados do Nordeste. Ele era apontado como líder Bonde do Maluco, conhecido como BDM, considerada pela Secretaria da Segurança Pública da Bahia, a facção mais violenta do estado. Ele também estava na lista de procurados da Polícia Federal.

Vários assaltos, principalmente a agências bancárias, são atribuídas à quadrilha comandada por Zé de Lessa. Em novembro do ano passado, a quadrilha teria roubado R\$ 100 milhões de um banco em Bacabal, no interior do Maranhão, segundo a polícia.

A polícia revelou também, que Zé de Lessa estava foragido desde 2014 quando foi solto pela Justiça, porém continuava comandando os assaltos à distância. Informações dão conta de que ele estava escondido no Paraguai. No Maranhão, onde a quadrilha cometeu o assalto milionário, a atuação ficou conhecida como Novo Canção.



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA
DE COMUNICAÇÃO

VEÍCULO			
JORNAL PEQUENO			
EDITORIA			
Polícia			
DATA	05 / 12 / 2019	PÁG.	12

Chefe do mega-assalto de Bacabal morre em tiroteio com a Polícia de Mato Grosso do Sul

Morreu, nessa quarta-feira, 4, em confronto com a Polícia em uma chácara entre as cidades de Aral Moreira e Coronel Sapucaia, no estado do Mato Grosso do Sul, José Francisco Lemes, conhecido como "Zé de Lessa", que era um dos maiores assaltantes de banco do nordeste. Foi ele o responsável por comandar o mega-assalto a banco na cidade de Bacabal, no interior do Maranhão, em novembro de 2018.

Na ocasião, a quadrilha aterrorizou o município e fugiu levando cerca de R\$ 100 milhões da agência bancária. Quatro pessoas morreram, prédios foram atacados e viaturas foram incendiadas durante o crime. Da ação, foram recuperados apenas R\$ 3 milhões. Algumas pessoas chegaram a ser



Zé de Lessa comandou o mega-assalto de Bacabal, no final de 2018

detidas ao tentar recolher dinheiro que foi deixado espalhado na agência pelo grupo.

Na operação, comandada pela Polícia do Mato Grosso do Sul, que resultou na morte de "Zé de Lessa", o grupo chefiado por ele viria sendo investigado e monitorado após atacar um carro-forte na fronteira com o Paraguai, na segunda-feira (2). Além dele, morreram três pessoas e uma foi presa. Alguns também conseguiram fugir para uma área de mata.

Segundo informações da polícia, o esconderijo da quadrilha foi localizado na noite de terça-feira, 3, e equipes estavam na espreita aguardando a emissão dos mandados de prisão para iniciar a operação.

Polícia prende integrantes de facção criminosa com drogas em Santa Inês

Uma operação da Polícia Civil, por meio da Superintendência Estadual de Investigação Criminal (Seic), resultou na prisão de três pessoas suspeitas de integrar uma organização criminosa com forte atuação no Estado. A prisão ocorreu terça-feira, 3, na cidade de Santa Inês, sendo os presos apresentados em coletiva à imprensa realizada ontem, na sede da Seic, em São Luís.

Ducileide Nascimento Cananhede, Maria Eduarda Carvalho da Silva e Wanderson Alencar Nunes de Castro vinham sendo investigados há quatro meses. Ducileide e Anderson são companheiros e a Maria Eduarda morava em Imperatriz, mas mudou-se recentemente para Santa Inês. Todos moravam em



uma mesma casa. Segundo o delegado Gil Gonçalves, do Departamento de

Combate ao Crime Organizado da Seic, o trio era responsável por coordenar as atividades do grupo

em Santa Inês e região.

"Eles tinham uma função de relevância dentro da facção. Coordenavam e também recrutavam novos integrantes para o grupo. Após toda investigação, foi possível representar a prisão deles e conseguimos prendê-los", explicou o delegado.

Com eles, a polícia apreendeu cinco quilos de maconha, tipo Skank, que foi avaliada em R\$ 100 mil. A droga foi encontrada em uma espécie de cilindro, dentro de uma oficina mecânica. Os três foram autuados por tráfico de drogas e associação criminosa. No caso de Anderson, ele também respondeu por falsidade ideológica, porque no momento da prisão apresentou o nome falso aos policiais.

Líder de facção criminosa é preso na Liberdade

Wellington Alves Pereira, de 31 anos, mais conhecido como "Panela", foi preso por policiais militares do batalhão Tiradentes, nessa quarta-feira, 4, na avenida Promotor, no bairro da Liberdade. Segundo a polícia, ele é um dos líderes de uma facção criminosa que atua na área.

Conforme a polícia, durante uma ronda de rotina no bairro, os policiais verificaram um grupo em atitudes suspeitas. Eles foram revistados, mas nada foi encontrado. Ao checar, o nome no sistema judicial, foi encontrado um mandado de prisão em desfavor de Wellington.

O preso possui passagens pela polícia pelos crimes de associação criminosa, posse ou porte ilegal de arma de fogo, preservação de dinheiro e desacato. Wellington foi encaminhado à Polinter, e segue à disposição da Justiça.



PRF prende homem com mandado de prisão por tráfico de drogas



José Liandro da Silva foi preso pela Polícia Rodoviária Federal (PRF) durante uma blitz na BR-010, em Imperatriz, nessa quarta-feira, 4. Contra ele havia um mandado de prisão expedido pela Justiça pelo crime de tráfico de drogas. Ao ser

capturado, José Liandro estava trabalhando como motorista de uma van.

Após a abordagem, ele foi encaminhado para a Delegacia de Imperatriz. O veículo foi entregue a outro motorista habilitado.